

A ALTA DA INFLAÇÃO E A DETERIORAÇÃO DO PODER DE COMPRA DO BRASILEIRO

Jéssica Talita Ukan¹

Júlia Albrecht²

Matheus Henrique de Lima³

Mauriane Cordeiro⁴

Taynara Malakowski Souza Rendak⁵

Prof. Dr. Carlos Ilton Cleto⁶

RESUMO

O presente estudo visa avaliar como a alta da inflação tem influenciado no poder de compra dos brasileiros, visto que o ganho dos trabalhadores não responde imediata e totalmente ao crescimento dos preços e a alta inflação gera incertezas na economia brasileira, desalentando o investimento e lesando o crescimento econômico. Com o objetivo de avaliar o cenário atual, e qual a influência na alta dos preços no mercado brasileiro e a desvalorização da moeda, buscou-se entender como a taxa de desemprego caiu, juntamente com a massa salarial e a descrição do fenômeno inflacionário com base no crescimento persistente e acelerado dos níveis de preços. Sendo assim, a partir de uma pesquisa quantitativa e junto com o método indutivo, objetivou-se verificar os efeitos da inflação sobre a renda do trabalhador brasileiro no período entre o primeiro trimestre de 2020 ao primeiro trimestre de 2022 e quais os efeitos na vida do brasileiro. Por fim, espera-se apresentar como o salário do brasileiro diminuiu ao longo desse período e junto com ele a taxa de desemprego, e como isso apresenta ter uma relação direta com o aumento da inflação e o poder de compra.

Palavras-chave: Inflação. Poder de Compra. Desemprego. Massa Salarial.

¹ Aluna do Curso de Administração da FAE Centro Universitário. *E-mail:* jessica.ukan@mail.fae.edu

² Aluna do Curso de Administração da FAE Centro Universitário. *E-mail:* julia.albrecht@mail.fae.edu

³ Aluno do Curso de Administração da FAE Centro Universitário. *E-mail:* matheus.h.lima@mail.fae.edu

⁴ Aluna do Curso de Administração da FAE Centro Universitário. *E-mail:* mauriane.cordeiro@mail.fae.edu

⁵ Aluna do Curso de Administração da FAE Centro Universitário. *E-mail:* taynara.rendak@mail.fae.edu

⁶ Orientador da Pesquisa. Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor dos cursos de Ciências Econômicas e Negócios Internacionais da FAE Centro Universitário. *E-mail:* carlos.cleto@fae.edu

INTRODUÇÃO

Neste presente trabalho o objetivo geral é analisar a alta da inflação e qual a sua influência na redução do poder de compra dos brasileiros, pós pandemia, considerando como período de estudo o ano de 2020 até o primeiro trimestre de 2022 e tendo como objetivos específicos, descrever o fenômeno inflacionário e seus efeitos sobre o poder aquisitivo dos agentes econômicos, o cenário atual da economia brasileira e verificar os efeitos da inflação sobre a renda do trabalhador no período a ser estudado.

Conforme uma publicação do Banco Central do Brasil (BACEN, 2022), a inflação é o aumento dos preços de bens e serviços, e esta implica na diminuição do poder de compra da moeda, e, também gera incertezas importantes na economia, desestimulando o investimento e, conseqüentemente, prejudicando o crescimento econômico, ou seja, os preços relativos ficam distorcidos, fazendo com que várias ineficiências ocorram na economia, onde brasileiros e organizações perdem a noção dos preços relativos, ficando difícil avaliar se algo está barato ou caro, afetando particularmente as camadas menos favorecidas da população, pois essas têm menor acesso a instrumentos financeiros para se defender da inflação.

Para simplificar, conforme Guimarães e Gonçalves (2017), a inflação é quando o índice de preços como um todo sobe, fazendo com que a média dos preços dos produtos aumente.

Mankiw (2019) relata que os preços da economia podem ser vistos de duas maneiras, quando estes níveis de preços se elevam, é necessário pagar mais pelos bens e serviços adquiridos. De forma distinta, pode-se observar o nível de preços como uma medida do valor da moeda.

Sintetizando, o estudo da inflação, neste artigo, demonstra e justifica a sua importância no mercado e como ela afeta diretamente na vida do brasileiro, tornando necessário o aumento salarial para acompanhar este índice inflacionário, o que vai contra com a taxa de desemprego atual e o valor do salário-mínimo no país.

1 INFLAÇÃO E RENDA

A economia brasileira tem passado por grandes desafios e transformações, e um dos pontos que tem gerado grande discussão é a alta da inflação e suas conseqüências, refletindo no poder de compra dos brasileiros.

1.1 A INFLAÇÃO

Segundo Vasconcellos (2015), a inflação como um aumento contínuo e generalizado do nível geral de preços. A inflação é um processo, e não altas esporádicas de preços.

O processo inflacionário afeta principalmente a classe trabalhadora, que perdeu poder aquisitivo ao longo do tempo, que só poderá ser recuperado por ocasião dos dissídios coletivos, o que normalmente leva um ano. Por outro lado, Governo e empresas têm mais condições de defender-se da alta de preços: o Governo reajustando tarifas e preços públicos, acima de seus gastos, e as empresas repassando os aumentos de custos aos consumidores. Por essas razões, costuma-se dizer que “a inflação é um imposto sobre o pobre. (VASCONCELLOS, 2015, p. 197)

Conforme Silva e Luiz (2017), outra característica da inflação é o aumento de preços se estender a todos os bens e serviços produzidos pela economia. Pois se esse aumento refletisse somente nos bens produzidos em um determinado setor, não teria a inflação.

Para que seja possível entender o conceito da inflação, é importante também mencionar a hiperinflação que ocorreu nos anos 80 no Brasil, sendo um marco teórico no país.

“No Brasil, a hiperinflação ocorreu nos anos 80 e início dos anos 90, quando a inflação chegou a superar os 80% ao mês” (ROSSI et al., 2022). O que significa que o mesmo bem ou serviço chegou a quase ter o dobro do preço de um mês para o outro.

1.1.1 Tipos de Inflação

Lanzana (2017) relata que podem-se identificar três tipos básicos de inflação: demanda, custos e inercial. A inflação de demanda é causada por um aumento da procura superior à oferta disponível.

Os fatores que podem causar esse aumento na demanda na economia, pode-se destacar: aumento da renda disponível, expansão dos gastos públicos, expansão do crédito, redução das taxas de juros e a expectativa dos agentes econômicos.

Já a inflação de custos é causada por um aumento expressivo de custos e consequente repasse para os preços. Entre os fatores que podem causar aumentos de custos, cabe destacar: taxa de juros, desvalorização cambial, os preços externos, custo da mão de obra e aumento de impostos.

A inflação inercial ocorre independentemente de pressões de demanda ou de custos e está associada aos mecanismos de indexação da economia, isto é, a garantia (legal ou por prática) de reajustar preços com base na constatação da existência de inflação.

Preços, câmbio, salários, ativos financeiros etc. têm seus valores reajustados porque existe inflação. Se a indexação é plena, a inflação de hoje passa a ser o “pisso” para a inflação de amanhã.

Segundo Gremaud (2007, p. 219), quando a inflação se mantém no mesmo patamar, sem ter nenhum processo de aceleração inflacionária, quando fica estagnada decorre de mecanismos de indexação, é dito que há uma inflação inercial.

Se estes mecanismos de indexação estiverem amplamente disseminados pela economia dificilmente existirá queda na inflação, pois a inflação passada se perpetuará por meio de aumentos de preços no presente. A inflação, neste caso, tenderá a ser constante (ou inercial) se não existirem novos choques (de oferta ou de demanda) que façam os preços aumentarem mais do que ocorreria se apenas os mecanismos de indexação estivessem operando. Neste caso, a inflação se acelera em função de choques de demanda ou de custos. (GREMAUD, 2007, p. 219)

Já a inflação de custos, ainda conforme Gremaud (2007), seria a inflação da oferta, decorrente do aumento de custos das empresas sendo repassados para o preço, tendo como pressões: aumento no preço das matérias primas, desvalorização cambial, aumentos salariais, elevação na taxa de juros, etc. E inflação por demanda, “ocorre quando a demanda agregada é maior que a oferta agregada”.

1.1.2 Métodos de Cálculo da Inflação no Brasil

O BACEN (2022) conceitua inflação de uma maneira mais sucinta, como o aumento de preço de bens e serviços e é medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é calculada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que mede o preço de uma cesta de consumo representativa para famílias com renda de 1 a 40 salários-mínimos.

Segundo Silva e Luiz (2017), no Brasil, são estimados basicamente dois tipos de índices de preços, os Índices Gerais de Preços, IGPs, e os Índices de Preços ao Consumidor, IPCs.

A diferença entre esses índices é: enquanto os IGPs procuram transmitir uma ideia da inflação, pesquisando todos os bens produzidos e consumidos em uma economia, os IPCs enfatizam os gastos comuns de uma família.

O UOL Economia (2019) traz que o IGP é formado por três índices da economia: IPA (Índice de Preços ao Produtor Amplo, com peso de 60%), o IPC (Índice de Preços ao Consumidor, peso de 30%) e INCC (Índice Nacional de Custos da Construção, peso de 10%), sendo utilizado para verificar a movimentação de preços do mercado em diversos tipos de produtos.

Já para Frank (2012), a ferramenta básica que os economistas utilizam para medir o nível de preços e a inflação na economia é o índice de preços ao consumidor, ou IPC. O IPC é uma medida do “custo de vida” em um determinado período. Especificamente, o índice de preços ao consumidor (IPC) mede a variação de preços em um determinado conjunto de bens e serviços.

Como método de cálculo, o mesmo autor conceitua como sendo o primeiro passo para obter o IPC, escolher um ano-base para cálculo, determinando a cesta de bens e serviços consumidos por uma família padrão, neste período. Já na prática, através de uma pesquisa detalhada, chamada Pesquisa de Gastos do Consumidor, na qual é escolhido uma família aleatória relacionando tudo o que compraram e os preços que pagaram naquele mês, o governo consegue aprender e visualizar como os consumidores distribuem seus gastos.

O IPC em qualquer ano é calculado utilizando a seguinte fórmula: $CPI = \text{custo da cesta do ano-base no ano corrente} / \text{custo da cesta do ano-base no ano-base}$.

1.2 O DESEMPREGO

Krugman e Wells (2014) definem o desemprego como sendo a porcentagem do total de pessoas na força de trabalho que estão desempregadas, trazendo como definição também para a força de trabalho de um país, como sendo a soma do emprego e do desemprego, ou seja, a soma dos que estão trabalhando atualmente e as que estão à procura de trabalho.

A taxa de participação na força de trabalho, definida como o percentual da população em idade para trabalhar que está na força de trabalho, é calculada da seguinte forma:

$$\text{(Força de trabalho / População com 14 anos ou mais)} \times 100$$

E a taxa de desemprego é calculada conforme fórmula apresentada abaixo:

$$\text{(Número de trabalhadores desempregados / Força de trabalho)} \times 100$$

Já Frank (2012) traz que a taxa de desemprego é um indicador sensível das condições do mercado de trabalho. Pois quando a taxa de desemprego está baixa, os trabalhos são seguros e relativamente fáceis de achar.

O baixo desemprego geralmente está associado com o aumento do salário e também das melhores condições de trabalho, quando os empregadores competem para atrair e manter os trabalhadores.

De forma inversa, quando a taxa de desemprego está elevada, o mercado de trabalho está mais volátil e instável, onde ocorre uma sobrecarga de oferta de mão de obra, esse fenômeno pode estar ligado ao aumento de custos que as empresas sofreram, dado determinado motivo, neste cenário, os empregados competem por vagas de emprego.

Um indicador importante a ser utilizado para compreender a métrica do desemprego é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua — PNAD Contínua, que segundo o IBGE (2016) é pesquisa de forma permanente as características gerais da população, educação, trabalho, rendimento e habitação de forma trimestral, em âmbito nacional.

Conforme PNAD são identificados três novos conceitos, componentes mutuamente exclusivos, sendo que dois componentes integram a força de trabalho: I) os subocupados por insuficiência de horas trabalhadas e os II) desocupados; a eles se somam os que integram a III) força de trabalho potencial.

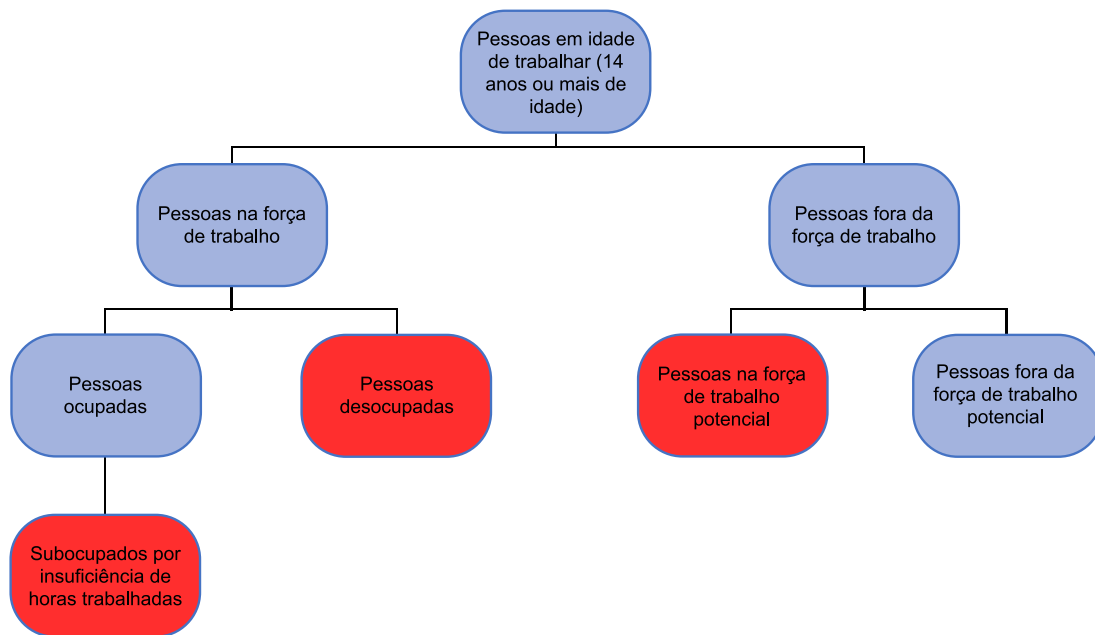
I) Pessoas subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas: São as pessoas que, na semana de referência, atendem as quatro condições: tinham 14 anos ou mais de idade; trabalhavam habitualmente menos de 40 horas no seu único trabalho ou no conjunto de todos os seus trabalhos; gostariam de trabalhar mais horas que as habitualmente trabalhadas; e estavam disponíveis para trabalhar mais horas no período de 30 dias, contados a partir do primeiro dia da semana de referência.

II) Pessoas desocupadas: São classificadas como desocupadas na semana de referência as pessoas sem trabalho em ocupação nessa semana que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias, e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência. Consideram-se, também, como desocupadas as pessoas sem trabalho em ocupação na semana de referência que não tomaram providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias porque já o haviam conseguido e iriam começá-lo em menos de quatro meses após o último dia da semana de referência.

III) Força de trabalho potencial: A força de trabalho potencial é definida como o conjunto de pessoas de 14 anos ou mais de idade que não estavam ocupadas nem desocupadas na semana de referência, mas que possuíam potencial de se transformarem em força de trabalho.

Este contingente é formado por dois grupos: Pessoas que realizaram busca efetiva por trabalho, mas não se encontravam disponíveis para trabalhar na semana de referência e pessoas que não realizaram busca efetiva por trabalho, mas gostariam de ter um trabalho e estavam disponíveis para trabalhar na semana de referência.

FIGURA 1 — Pessoas desocupadas



FONTE: PNAD - IBGE

1.2.1 Desemprego e Inflação

A relação entre desemprego e inflação é representada pela curva de Phillips, a qual expressa uma relação inversamente proporcional, ou seja, se houver pleno emprego não é possível manter a inflação baixa, e o inverso também é verdadeiro, se a taxa de desemprego aumenta, ocorre a deflação.

Conforme Costa (2020), essa teoria se comprova quando se é observado o cenário pandêmico, pois, assim que o Covid-19 se instaurou no Brasil, o cenário mudou drasticamente causando uma recessão no país, devido a insegurança econômica apresentada.

Houve muitas demissões e com isso a inflação não sofreu um aumento expressivo, já na retomada da economia, quando houve uma baixa no número de casos e o cenário começou a se mostrar promissor, as empresas voltaram a contratar, a economia voltou a girar, a inflação foi às alturas e continua subindo, sem previsão de baixa.

Em contrapartida temos um PIB em ascensão que em parte se deve ao programa de distribuição de renda criado pelo governo brasileiro denominado “auxílio emergencial”, durante a pandemia, segundo a publicação do site CNN Brasil

Business, tendo como autor Leonardo Guimarães (2021), relata que de acordo com relatório da Oxford Economics escrito pelo economista-chefe para América Latina da empresa, Marcos Casarin, no ano de 2021 o PIB brasileiro foi impulsionado 0,2 pontos percentuais devido a distribuição do benefício o que corresponde a 3,8% de crescimento total do PIB no ano.

A visão monetarista, no tocante à questão inflacionária, apresenta um diagnóstico que associa a inflação brasileira ao desequilíbrio crônico do setor público. A necessidade de financiar a dívida pública leva ao aumento das emissões e ao excesso de moeda, acima das necessidades reais da economia, levando às elevações de preços. (VASCONCELLOS, 2015, p. 363)

Com isso se tem outra premissa que nos leva a alta da inflação, a impressão de cédulas em demasia, conhecida como visão monetarista.

1.3 MASSA DE RENDIMENTOS

Rendimento habitual: conforme definição do IBGE, o rendimento habitual consiste no rendimento recebido por empregados, empregadores e trabalhadores por conta própria, mensalmente, sem acréscimos extraordinários ou descontos esporádicos.

Para o empregado, o rendimento mensal habitualmente recebido exclui todas as parcelas que não tenham caráter contínuo (bonificação anual, salário atrasado, horas extras, participação anual nos lucros, 13º salário, 14º salário, adiantamento de salário, etc.) e não considera os descontos ocasionais (faltas, parte do 13º salário antecipado, prejuízo eventual causado ao empreendimento etc.).

Já o Rendimento Efetivo, consiste no rendimento de fato recebido em qualquer posição na ocupação, no mês de referência, incluindo todos os pagamentos que não tenham caráter contínuo e considerando os descontos por ausências no trabalho (IBGE, 2022).

Conforme Amorim e Neder (2021), a massa de salários em circulação na economia encolheu R\$ 1,688 bilhão no período de um ano, para R\$ 223,549 bilhões, uma queda de 0,7% no trimestre encerrado em setembro de 2021 em relação ao mesmo período de 2020.

Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do IBGE. Na comparação com o trimestre terminado em junho, a massa de renda real caiu 0,1%, com R\$ 202 milhões a menos.

Segundo a publicação do site do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA, houve queda significativa na renda habitual (-6,6%) e um aumento na renda efetiva

(+0,9%) do trabalhador brasileiro no segundo trimestre de 2021, na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, que foi o pior momento do mercado de trabalho durante a pandemia.

A parcial recuperação da população ocupada reduziu o impacto negativo na massa salarial real habitual, uma vez que, no segundo trimestre deste ano, a queda da massa de rendimentos habituais foi de 1,7% (somando R\$ 215,5 bilhões) e o aumento da massa efetiva foi de 6,1% na comparação com o ano anterior, totalizando R\$ 215,1 bilhões.

1.4 CONTEXTUALIZAÇÃO PÓS PANDEMIA NO BRASIL

No decorrer do ano de 2020 a adaptabilidade dos brasileiros foi colocada à prova, “Não é o mais forte que sobrevive, nem o mais inteligente, mas o que melhor se adapta às mudanças”, a frase atribuída a Charles Darwin nunca fez tanto sentido para todo o mundo.

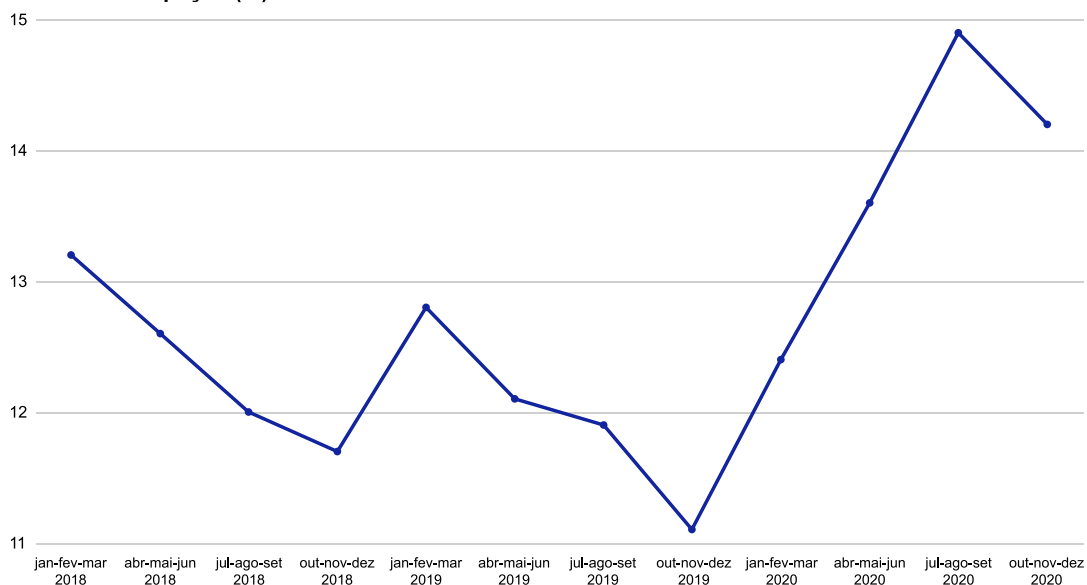
A pandemia do Covid-19⁷, iniciada em março do mesmo ano, desencadeou uma série de problemas econômicos no Brasil, influenciando a vida dos brasileiros, especialmente os mais pobres. A pandemia já se encontra entre as 10 maiores de todos os tempos, só no Brasil o número de óbitos por Covid-19 superou 660 mil de 2020 ao primeiro trimestre de 2022 (Secretarias Estaduais de Saúde).

Diversos estudos apontaram a importância do distanciamento social para reduzir o avanço da pandemia. E, naturalmente, o distanciamento social provocou a redução em quase todas as atividades coletivas. Em relação ao ano anterior, o Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma dos bens e serviços finais produzidos no país, encolheu 3,9% em 2020, enquanto a taxa de desocupação, nos meses de junho, julho e agosto do mesmo ano, chegou a 14,4%.

7 Covid-19 é uma infecção respiratória causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, grave, de alta transmissibilidade e de distribuição global. A epidemia começou na cidade de Wuhan, na China, em dezembro de 2019 e rapidamente se espalhou para o mundo.

GRÁFICO 1 — Taxa de desocupação

Taxa de desocupação (%)



FONTE: IBGE (2022)

A crise expôs as fraquezas da economia brasileira, que se baseia na austeridade política, na diminuição de indústrias, no trabalho sem registro em carteira, no domínio da produção de bens primários para exportação.

No entanto, a atividade econômica não é a única afetada pelo afastamento, com a educação sendo forçada a se deslocar para sistemas remotos sem o devido tempo de planejamento.

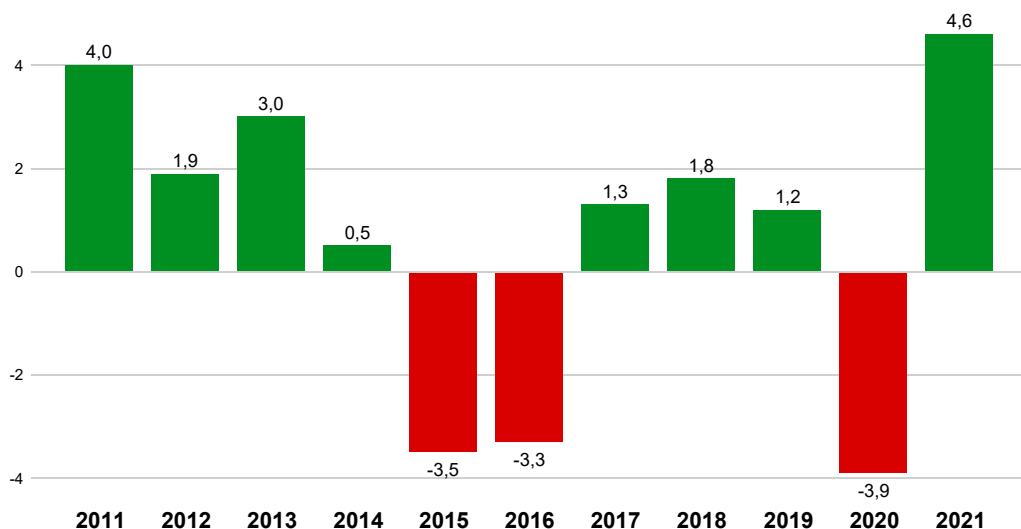
Embora ainda não existam evidências concretas, espera-se que o aprendizado dos estudantes seja bem abaixo do que alcançariam presencialmente, ocasionando futuramente uma maior desigualdade no país.

Em contrapartida, aprende-se muito com as crises, resultando em uma sensação de aceleração do tempo com todas as mudanças nas relações de trabalho, na educação, na produção, no futuro digital e tecnologias.

Com o desenvolvimento da vacina, desde o início da Campanha Nacional de Vacinação contra a Covid-19, foram aplicadas mais de 426 milhões de doses. Ao todo, 76% da população já está totalmente vacinada (HANNAH, 2020), e com isso a economia começou a reagir, em 2021 o PIB avançou e encerrou o ano com crescimento de 4,6%, totalizando R\$ 8,7 trilhões, recuperando as perdas de 2020.

GRÁFICO 2 — Variação do PIB

PIB | Preço de Mercado - variação contra o ano anterior (%)

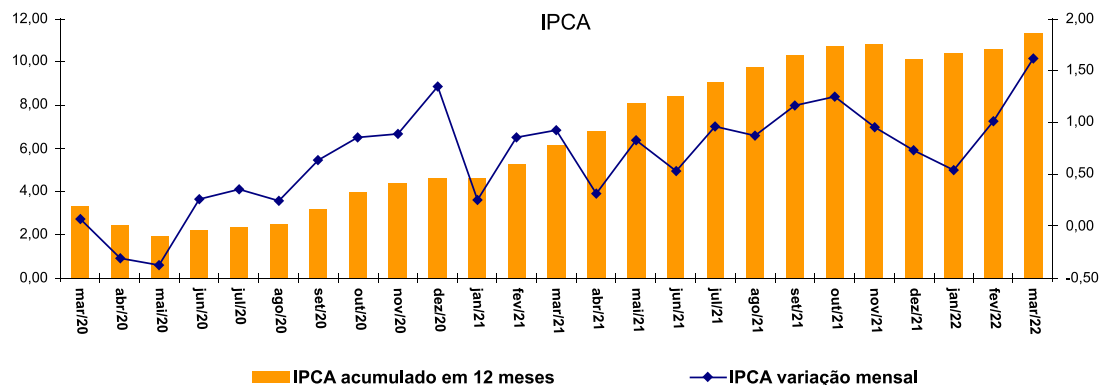


FONTE: Barros (2022)

A alta nos serviços em 2021 foi de 4,7% e, na indústria, foi de 4,5%. Os dois setores, juntos, representam aproximadamente 90% do PIB do país, conforme a coordenadora de Contas Nacionais do IBGE, Palis (2022) explica que o crescimento do ano passado foi puxado tanto pela indústria como pelos serviços. Já a agropecuária registrou uma variação negativa de 0,2%, muito afetada negativamente pelas adversas condições climáticas como estiagem e geada.

Durante a pandemia no Brasil a inflação não estava muito elevada, ela começa subir junto com o final da pandemia nos meses de abril e maio de 2021, quando a economia volta a produzir e empregar, este fato pode ser observado no gráfico do IPCA de fev/20 a fev/22, período pós pandemia.

GRÁFICO 3 — IPCA



FONTE: IBGE (2022)

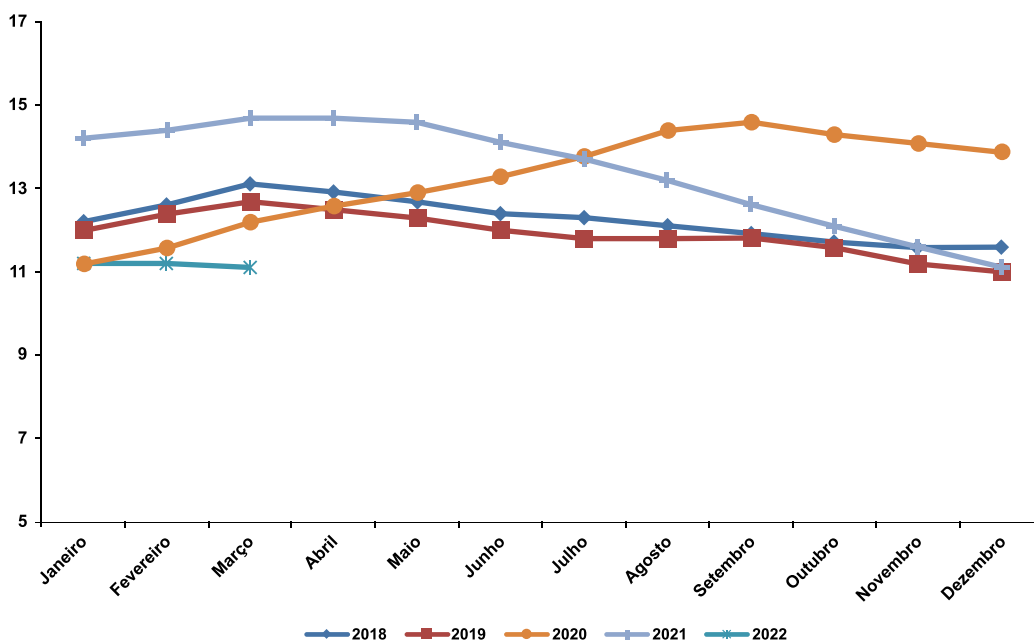
No início da pandemia as pessoas não estavam consumindo, ninguém saía, gastava ou comprava. Pode-se observar isso na variação baixa mensal e com essa diminuição de demanda não se tinha pressão sobre os preços, no entanto, quando a atividade econômica começa a retomar observa-se a expansão da inflação.

A taxa de desemprego, mesmo estando em queda, está caindo em um ritmo menor, e não acompanha o ritmo de retomada da economia. Juntamente com a queda da taxa de desemprego também cai a massa salarial, uma vez que está empregando-se mais pessoas, porém com um salário menor, representando uma perda de renda geral para os trabalhadores.

O rendimento médio real, a preços da média de três meses do trimestre que está sendo divulgado, habitualmente recebido (R\$ 2.511) apresentou 8,8% de queda na comparação anual e estabilidade no trimestre (IBGE, 2022).

GRÁFICO 4 — Taxa de desocupação

Taxa de Desocupação



FONTE: PNAD Março/2022 - IBGE (2022)

A Taxa de desocupação em 2022 começa a recuar bastante em relação aos anos de 2020 e 2021, porém esta vem acompanhada da perda do rendimento do trabalhador.

1.5 LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

É comum utilizar o termo informal “dissídio” para se referir ao reajuste salarial dos trabalhadores, uma negociação com objetivo de manter o salário atualizado de modo a não comprometer o trabalhador, preservando seu poder de compra contra diversos fatores econômicos como a inflação.

De acordo com o Art. 611 do Decreto Lei nº 5.452 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), todo trabalhador que possui carteira assinada tem direito a correção salarial anual, que deve ser acordada entre as empresas e os sindicatos.

O problema, contudo, é que isso nem sempre acontece na prática. Geralmente, como os tribunais decidem pelos índices de inflação, os sindicatos já vêm com a pauta de reajuste pelo IPCA, índice oficial de inflação no País. O empregador, por sua vez, tentará negociar abaixo desse índice.

Segundo Hélio Zylberstajn (2021), professor sênior da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo (USP), a inflação no país está tão alta que, por mais que o trabalhador consiga um reajuste salarial, está cada vez mais difícil conseguir um percentual suficiente para alcançá-la.

A perda salarial durante as negociações se deve a dois fatores: a desocupação que tira o poder de barganha do trabalhador e a inflação que corrói os salários. É o pior dos mundos, explica o professor, que coordena o boletim (ZYLBERSTAJN, 2021).

Zylberstajn (2021) afirma também que, em um contexto de crise econômica e alto índice de desemprego, os sindicatos não têm força para fazer greve, tampouco para reivindicar condições melhores para os trabalhadores. Neste caso, funciona a regra da oferta e demanda: quando mais profissionais buscam emprego, piores são as condições oferecidas também aos que já estão trabalhando.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para tornar possível a análise entre a inflação e como isso vem afetando o poder de compra do brasileiro, primeiro buscou-se entender o conceito de inflação e como esse fenômeno é calculado no Brasil, pesquisando referenciais teóricos e em fontes oficiais que publicam esses dados à população, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Banco Central do Brasil (BACEN), que nos levaram ao Índice de Preços no Consumidor Amplo (IPCA), o principal indicador de inflação nacional.

Em seguida, buscou-se entender o que é o desemprego, bem como a definição de alguém desempregado e seus níveis de desocupação e, para que os houvesse maior consistência nos dados, foi definido a data dos estudos, sendo ela a partir do primeiro trimestre de 2020 até o primeiro trimestre de 2022, período em que o mundo se encontrava em situação de pandemia devido ao vírus SARS-CoV-2, também chamado Covid-19.

Devido ao frágil momento, não só a saúde da população era afetada, mas também seu poder aquisitivo.

O efeito da inflação sobre o ganho real do trabalhador foi realizado em cima do estudo da desvalorização do salário relacionado com o aumento da mesma, visto que o percentual salarial brasileiro, para conseguir suprir a demanda inflacionária, precisaria ter aumentado mais do que o reajuste do ano de 2022, onde o salário mínimo é de R\$ 1.212,00 e que não repõe a inflação do ano de 2021, que foi de 10,16% e o reajuste salarial foi de 10,02%, contudo, isso demonstra que apresenta déficit para suprir esta demanda.

2.1 SUBSEÇÃO SECUNDÁRIA

Realizou-se pesquisa quantitativa associada ao método indutivo, que consiste em consolidar um número suficiente de casos particulares para que seja possível concluir uma verdade geral, no período de estudo de 2020 ao primeiro trimestre de 2022.

2.2 ANÁLISE DOS DADOS

Com a análise dos dados coletados após a pesquisa realizada durante o período que compreende o ano de 2020 até o primeiro trimestre de 2022, mesmo intervalo de tempo que se enfrentou a pandemia de Covid-19 é possível observar vários cenários de inflação, visto que após o cenário “pós-pandemia”, houve a recuperação da confiança por parte do setor empresarial, na qual vem gerando empregos e conseqüentemente baixando a taxa de desemprego do Brasil.

Porém com a taxa de desemprego caindo tem-se a inflação aumentando exponencialmente, pois o pleno emprego é inversamente proporcional a inflação, ou seja, não é possível manter a inflação baixa se houver pleno emprego.

Dessa forma tem-se o fenômeno chamado massa de rendimento, o qual as empresas voltam a empregar, mas pagando um salário inferior ao trabalhador.

Foi observado, também, que ocorreu um leve movimento da inflação de demanda, percebida logo que o número de casos de Covid-19 começa a baixar e as restrições

ficam mais brandas, a economia volta a girar, com a volta do consumo por parte da população, gerando demanda por compra de produtos na qual a oferta não acompanha.

Porém a inflação que tem causado grande impacto negativo tem sido a inflação de custos, esta trouxe consigo a alta dos preços de forma generalizada, tendo como principal fator o constante aumento do preço dos combustíveis, alimentação e energia elétrica.

A alta no preço dos combustíveis afeta o custo do transporte, que por sua vez afetou o preço dos alimentos e tudo que depende do frete, uma vez que o transporte no Brasil é na sua maioria realizado por rodovias.

O aumento da energia elétrica tem impactado diretamente o setor de prestação de serviços e produção industrial, com o aumento da conta de luz os custos acabam sendo repassados ao consumidor através de produtos e serviços mais caros.

Todos esses fatores geraram um efeito em cadeia, pois um aumenta o outro. Tem-se também a desvalorização cambial e a taxa de juros nas alturas, esse acúmulo de fatos tornam a inflação de custos a principal vilã da economia e da depreciação do salário do brasileiro.

3 DESENVOLVIMENTO: DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Como resultado deste presente estudo, espera-se demonstrar como a inflação tem consumido o poder de compra e o principal afetado é o trabalhador, que mesmo estando empregado e economicamente ativo ainda assim tem seu poder de compra reduzido, pelos salários que não acompanham a alta inflacionária, seguida da redução do piso salarial.

Conforme define o IBGE, se a variação do salário, de um ano para o outro, for menor do que o IPCA, perde-se o poder de compra, pois os preços sobrepõem a renda. Se a inflação e o salário têm a mesma variação, o poder de compra se mantém. Porém, se houver um aumento na renda acima do IPCA, o poder de compra aumentará.

O primeiro efeito da inflação é sobre a distribuição da renda, onde a distribuição refere-se à proporção em que o produto, ou a renda, é distribuído entre os proprietários dos fatores de produção.

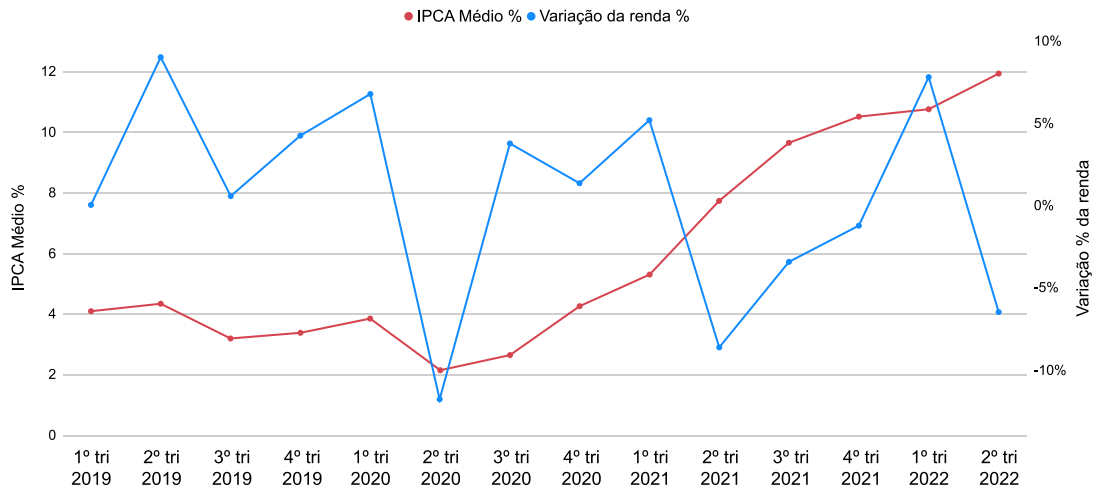
Em um processo inflacionário, os assalariados saem perdendo, pois o poder de compra diminui entre os períodos de reajuste salarial. Isso ocorre porque os preços dos bens e serviços estão subindo mais rápido que os salários, que são reajustados apenas periodicamente. (SILVA; LUIZ, 2017, p. 111)

Conforme análise realizada através do gráfico IPCA 2019 - 2022 x Variação percentual da Renda 2019 - 2022, nota-se que a variação da renda entre o primeiro trimestre de 2019 ao 2º trimestre de 2022 oscila bastante, visto que no 1º trimestre de

2020 chegou a ter uma variação de 6,74%, e logo no 2º semestre, chegou em -11,83%, uma grande queda, considerando o curto período de tempo. Porém, logo no 3º trimestre de 2020 houve uma recuperação, chegando em 3,76%, o qual se manteve (com pouca variação) até o 1º trimestre de 2021, seguido novamente de uma brusca queda no 2º trimestre para -8,67%.

GRÁFICO 5 — IPCA x Variação percentual da Renda (2019 - 2022)

IPCA x Variação percentual da Renda (2019 - 2022)



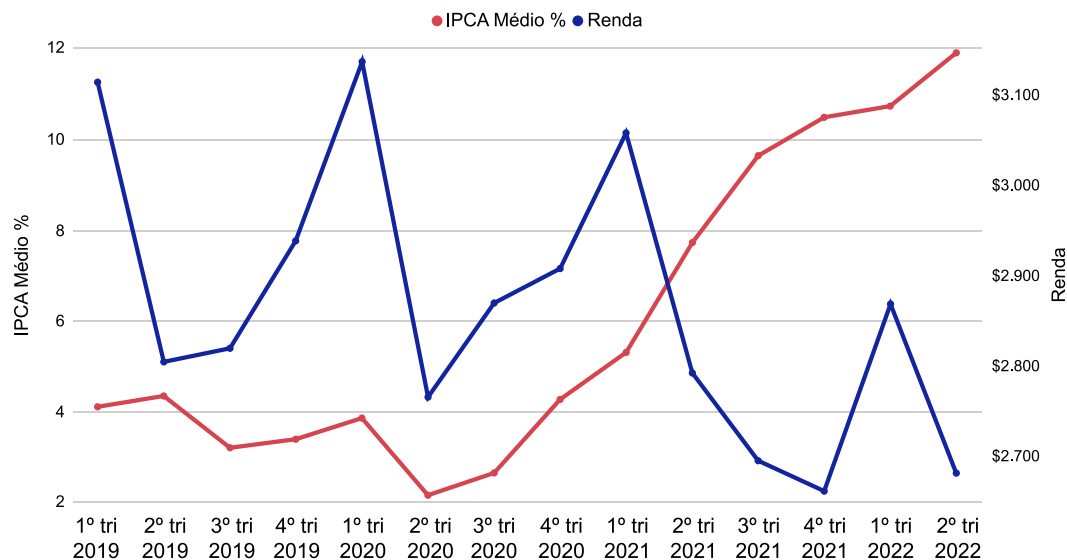
FONTE: IBGE (2022)

Houve aumentos nos períodos seguintes, mas somente no 1º trimestre de 2022 retomou com variação positiva chegando em 7,78%, novamente com queda no trimestre seguinte com -6,62%.

Os impactos no bolso do brasileiro podem ser mais bem visualizados no gráfico IPCA x Renda (2019 - 2022), onde fica notório que houve uma drástica redução de renda no início do ano de 2020 por conta do aumento de casos de Covid-19 no país. A perda média de renda foi de até quase R\$ 400,00, cerca de 12% do valor da renda média do cidadão naquela época.

GRÁFICO 6 — IPCA x Renda (2019 - 2022)

IPCA x Renda (2019 - 2022)



FONTE: IBGE (2022)

Esses números começaram a se recuperar já a partir do 3º trimestre de 2020, com a renda atingindo R\$ 3.057,00 no 1º trimestre de 2021. Entretanto, com o aumento contínuo da inflação no segundo trimestre de 2022 (com seu auge de 11,92%), mais uma vez a renda do brasileiro foi reduzida drasticamente em um intervalo de um ano, chegando a até R\$ 2.661,00 (12,95%).

3.1 ÚLTIMA VERIFICAÇÃO

O IPCA de março de 2022 teve alta de 1,62%, acima da taxa de 1,01% de fevereiro (IBGE). Essa é a maior variação para um mês de março desde 1994, quando o índice foi de aproximadamente 43%, no período que precedeu a implementação do Real.

No ano, o IPCA acumula alta de 3,20% e, nos últimos 12 meses, de 11,30%, acima dos 10,54% observados nos 12 meses anteriores. A variação mensal foi de 0,93%, em março de 2021.

TABELA 1 — IPCA

Período	Taxa
Março de 2022	1,62%
Fevereiro de 2022	1,01%
Março de 2021	0,93%
Acumulado no ano	3,20%
Acumulado nos últimos 12 meses	11,30%

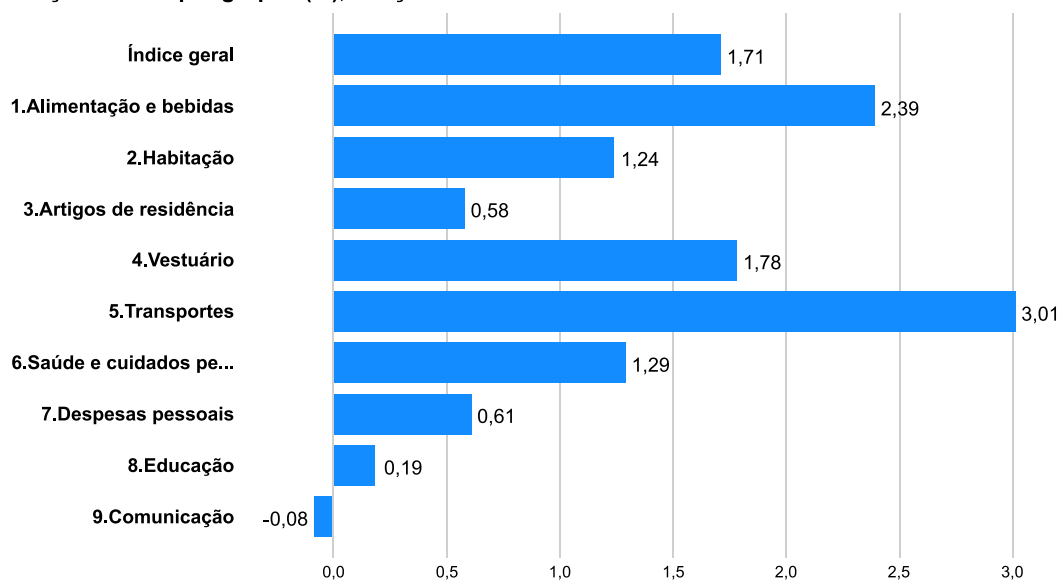
FONTE: Estatísticas Econômicas (2022)

Oito dos nove conjuntos de produtos e serviços analisados tiveram alta em março. A maior variação e impacto vieram dos Transportes de 3,01%, que foi afetado principalmente pela alta dos preços dos combustíveis.

Na sequência, veio o grupo Alimentação e bebidas, com alta de 2,39%, decorrendo, principalmente, da alta nos preços dos alimentos para consumo no domicílio. Juntos, os dois grupos colaboraram com cerca de 72% do IPCA de março.

GRÁFICO 7 — Variação mensal por grupos (%)

Variação mensal por grupos (%), março 2022



FONTE: IBGE (2022)

Observa-se também aceleração nos grupos Vestuário (1,78%), Habitação (1,24%), o qual se justifica pelo aumento dos preços do gás de botijão e da energia elétrica, e Saúde e cuidados pessoais (1,29%) influenciados pelas altas dos itens de higiene pessoal e dos produtos farmacêuticos. O único com queda foi Comunicação, com -0,08%. Os demais ficaram entre o 0,19% de Educação e o 0,61% de Despesas Pessoais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo informações publicadas no site da CNN Brasil, tendo como autores Elis Barreto e Ligia Tuon (2022), a projeção de inflação para 2022 foi reduzida pelo mercado financeiro, passando de 7,15% para 7,11%, segundo dados do Boletim Focus do Banco Central. Um documento que reúne estimativas de mais de 100 instituições do mercado financeiro com os principais indicadores econômicos.

Já a estimativa de salário-mínimo para o ano de 2023, conforme uma publicação no site G1, tendo como autor o Alexandro Martello, o governo enviou orçamento para 2023 com proposta de R\$ 1.302, valor que considera apenas a variação da inflação no ano (2022), antes em 7,41%. Contudo, se reforça que essa estimativa é apenas provisória.

Em uma matéria publicada por Lucas Sampaio (2022), no site Infomoney, a projeção do mercado para a inflação no próximo ano está fora da meta do Banco Central, que informa ser 3,5% para 2022 e 3,25% para 2023, com tolerância de 1,5 ponto percentual. Mas o mercado prevê também uma inflação acima da meta para 2024, sendo a meta de 3,00%, também com margem de 1,5 ponto percentual.

Projeções as quais estão desalinhadas com o Banco Central, que estima inflação de 6,8% em 2022, 4,6% em 2023 e 2,7% em 2024.

Nos meses de julho, agosto e setembro de 2022 vem ocorrendo o fenômeno conhecido como deflação, o qual é traduzido pela queda generalizada dos preços. O IPCA de julho foi de -0,68%, em agosto atingiu -0,36%, recuando ainda mais em setembro onde atingiu -0,29%, trazendo o acumulado dos últimos 12 meses para 7,17%, conforme demonstrado no site do IBGE.

Os principais itens de consumo do brasileiro que vem apresentando queda nos últimos meses são: alimentação e bebidas que no mês de julho apresentava o valor de 1,30%, no mês de agosto caiu para 0,24%, fechando setembro no valor de -0,51%, já o transporte no mês de julho fechou em -4,51%, agosto -3,37% e setembro atingiu o valor de -1,98, além do preço da gasolina, que vem apresentando queda desde que o governo federal sancionou a lei na qual limita o ICMS incidente sobre os combustíveis a 17%, aliada às reduções praticadas pela Petrobras as refinarias.

Têm-se a queda constante nos últimos três meses e devido a essas medidas ocorrem em época de eleição, não é possível ter certeza se será uma tendência para os próximos meses do ano.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA O GLOBO. Na pandemia, um terço dos reajustes salariais não cobre sequer a inflação. **Exame**, 14 nov. 2020. Disponível em: <https://exame.com/economia/na-pandemia-um-terco-dos-reajustes-salariais-nao-cobre-sequer-a-inflacao/>. Acesso em: 12 out. 2022.

ALEM, A. **Macroeconomia: teoria e prática no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.

AMORIM, D.; NEDER, V. Massa de salários em circulação na economia cai R\$ 1,688 bi em um ano, diz IBGE. **UOL Economia**, 30 nov. 2021. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2021/11/30/massa-de-salarios-em-circulacao-na-economia-cai-r-1688-bi-em-um-ano-diz-ibge.htm>. Acesso em: 27 abr. 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL — BACEN. **O que é inflação**. 2022. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/oqueinflacao>. Acesso em: 13 maio 2022.

BARRETO, E.; TUON, L. Previsão do mercado para inflação de 2022 tem 6ª queda seguida, a 7,11%, mostra Focus. **CNN Brasil**, 08 ago. 2022. Disponível em: [https://www.cnnbrasil.com.br/business/previsao-do-mercado-para-inflacao-de-2022-tem-6a-queda-seguida-a-711-mostra-focus/#:~:text=O%20mercado%20financeiro%20reduziu%2C%20pela,segunda-feira%20\(8\)](https://www.cnnbrasil.com.br/business/previsao-do-mercado-para-inflacao-de-2022-tem-6a-queda-seguida-a-711-mostra-focus/#:~:text=O%20mercado%20financeiro%20reduziu%2C%20pela,segunda-feira%20(8)). Acesso em: 02 set. 2022.

BARROS, A. PIB cresce 4,6% em 2021 e supera perdas da pandemia. **Agência de Notícias IBGE**, 04 mar. 2022. Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/33066-pib-cresce-4-6-em-2021-e-supera-perdas-da-pandemia#:~:text=O%20crescimento%20da%20economia%20foi,correio%20\(11%2C4%25\)](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/33066-pib-cresce-4-6-em-2021-e-supera-perdas-da-pandemia#:~:text=O%20crescimento%20da%20economia%20foi,correio%20(11%2C4%25)). Acesso em: 12 out. 2022.

BRASIL. Decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943. Artigo 611. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 1943. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10682327/artigo-611-do-decreto-lei-n-5452-de-01-de-maio-de-1943>. Acesso em: 12 out. 2022.

BRASIL. Lei n. 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis n.º 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm. Acesso em: 12 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Covid-19 casos e óbitos**. 2022. Disponível em: https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html. Acesso em: 21 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **O que é a Covid-19?** 08 abr. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>. Acesso em: 21 ago. 2022.

CNN BRASIL. **Novo auxílio emergencial pode levar PIB a crescimento de 3.8 em 2021**. CNN, 20 abr. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/novo-auxilio-emergencial-pode-levar-pib-a-crescimento-de-3-8-em-2021/>. Acesso em 20 out. 2022.

CAVALLINI, M. Nova lei trabalhista entra em vigor no sábado; veja as principais mudanças. **G1 Economia**, 10 nov. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/nova-lei-trabalhista-entra-em-vigor-no-sabado-veja-as-principais-mudancas.gh.html>. Acesso em: 10 set. 2022.

COSTA, M. L. F. **Educação a distância na ótica discente. educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 99-114, jan./mar. 2016. <https://doi.org/10.1590/s1517-9702201603133875>.

COSTA, J. **Gestão econômica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

DORNBUSCH, R.; FISCHER, S.; STARTZ, R. **Macroeconomia**. Porto Alegre: AMGH, 2013.

ENTENDA o que é o IGP. **UOL Economia**, 17 dez. 2019. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/12/17/igp-indice-geral-de-precos-inflacao-tres-versoes-periodo-pesquisa-dados.htm>. Acesso em: 20 maio 2022.

ESTADÃO CONTEÚDO. Preço médio da gasolina nas bombas cai 2,5% e alcança 11a semana seguida de queda, aponta ANP. **InfoMoney**, 13 set. 2022. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/consumo/preco-medio-da-gasolina-nas-bombas-cai-25-e-alcanca-11a-semana-seguida-de-queda-aponta-anp/>. Acesso em: 16 out. 2022.

ESTATÍSTICAS ECONÔMICAS. O IPCA foi de 1,62% em março. **Agência de Notícias IBGE**, 08 abr. 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/33436-ipca-foi-de-1-62-em-marco>. Acesso em: 22 ago. 2022.

FERNANDES, D. 4 dados que mostram por que o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, segundo relatório. **BBC News Brasil**, 07 dez. 2021. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59557761#:~:text=Os%2010%25%20mais%20ricos%20no%20Brasil%2C%20com%20renda%20de%20R\\$1,da%20metade%20da%20renda%20nacional](https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59557761#:~:text=Os%2010%25%20mais%20ricos%20no%20Brasil%2C%20com%20renda%20de%20R$1,da%20metade%20da%20renda%20nacional). Acesso em: 06 maio 2022.

FRANK, R. H.; BERNANKE, B. S. **Princípios de economia**. 4. ed. Porto Alegre: AMGH, 2012.

GREMAUD, A. P. **Introdução à economia**. São Paulo: Atlas, 2007.

GREMAUD, A. P.; PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S. D. **Manual de economia**: equipe de professores da USP. São Paulo: Saraiva, 2017.

GUIMARÃES, B.; GONÇALVES, C. **Introdução à economia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

HANNAH, R. et al. **Coronavírus pandemic (COVID-19)**. 2020. Disponível em: <https://ourworldindata.org/coronavirus>. Acesso em: 09 jun. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — IBGE. **Glossário PNAD Mensal**. 2016. Disponível em: http://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Mensal/glossario_pnadc_mensal.pdf. Acesso em: 27 abr. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — IBGE. Censo brasileiro de 2022. Rio de Janeiro: **IBGE**, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html>. Acesso em: abr. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — IBGE. **Inflação**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php#:~:text=Se%20a%20variação%20do%20seu,seu%20poder%20de%20compra%20aumentará>. Acesso em: 10 set. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — IBGE. **INPC** - Índice Nacional de Preços ao Consumidor. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9258-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor.html?edicao=33425&t=destaques>. Acesso em: 22 ago. 2022.

INSTITUTO BUTANTAN. **Como surgiu o novo coronavírus? Conheça as teorias mais aceitas sobre sua origem.** 2022. Disponível em: <https://butantan.gov.br/covid/butantan-tira-duvida/tira-duvida-noticias/como-surgiu-o-novo-coronavirus-conheca-as-teorias-mais-aceitas-sobre-sua-origem#>. Acesso em: 21 ago. 2022.

JULIÃO, F. Entenda o “efeito dominó” dos preços que causa inflação generalizada. **CNN Brasil**, 17 maio 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/entenda-o-efeito-domino-dos-precos-que-cao-inflacao-generalizada/>. Acesso em: 21 maio 2022.

KRUGMAN, P.; WELLS, R. **Macroeconomia**. Rio de Janeiro: Elsevier; Campus, 2014.

LANZANA, A. E. T. **Economia brasileira: fundamentos e atualidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MACHADO, L. M. (Org.). **Legado de uma pandemia: 26 vozes conversam sobre os aprendizados para política pública**. Rio de Janeiro: Autografia, 2021.

MANKIW, N. G. **New keynesian economics**. Cambridge, MA: MIT Press, 2019.

MANDELBAUM, B.; RIBEIRO, M. **Desemprego: uma abordagem psicossocial**. São Paulo: Blucher, 2017.

MARCHI, C. Dissídio coletivo 2020: o que diz a lei sobre o reajuste salarial em tempos de pandemia. **Inteligência Jurídica**, 29 set. 2020. Disponível em: <https://www.machadomeyer.com.br/pt/imprensa-ij/dissidio-coletivo-2020-o-que-diz-a-lei-sobre-o-reajuste-salarial-em-tempos-de-pandemia>. Acesso em: 12 de out. 2022.

MARTELLO, A. Governo revê estimativa de inflação, e salário mínimo em 2023 deve subir menos que o previsto. **G1 Economia**, 15 set. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/09/15/governo-reve-estimativa-de-inflacao-e-salario-minimo-em-2023-deve-subir-menos-que-o-previsto.ghtml>. Acesso em: 24 set. 2022

MARTINS, A.; PASSARELLI, H. Piora da pandemia traz risco de recessão. **Valor**, 03 fev. 2021. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/02/03/piora-da-pandemia-traz-risco-de-recessao.ghtml>. Acesso em: 06 maio 2021.

NERY, C. Desemprego fica estável em 14,4% no trimestre encerrado em fevereiro. **Agência de Notícias IBGE**, 30 abr. 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30600-desemprego-fica-estavel-em-14-4-no-trimestre-encerrado-em-fevereiro>. Acesso em: 21 abr. 2022.

NUBANK. **Curva de Phillips, inflação e os impactos no seu dinheiro**. 17 ago. 2021. Disponível em: <https://blog.nubank.com.br/curva-de-phillips/>. Acesso em: 06 maio 2022.

PALIS, J. **Introdução aos sistemas dinâmicos**. São Paulo: Impa, 2022.

PONTOTEL. **Tudo sobre a convenção coletiva de trabalho**. 13 dez. 2022. Disponível em: <https://www.pontotel.com.br/convencao-coletiva/>. Acesso em: 12 out. 2022.

ROSSI, P. **Guia ilustrado de política monetária e direitos humanos**. Brasília: Inesc, 2022.

ROSSI, P. et al. **Como o Brasil chegou à hiperinflação?** Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/inflacao-como-os-governos-controlam/platb/category/sem-categoria>. Acesso em 22 abr. 2022.

SAMPAIO, L. M. S.; LENZA, Pedro. **Macroeconomia esquematizada**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

SAMPAIO, L. Relatório Focus: mercado eleva projeção para inflação de 2023 e 2024. **InfoMoney**, 15 ago. 2022. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/economia/relatorio-focus-mercado-eleva-perspectiva-para-a-inflacao-de-2023-e-2024/>. Acesso em: 24 set. 2022.

SIDRA. **Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor — SNIPC**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/snipc/ipca/quadros/brasil/setembro-2022>. Acesso em: 16 out. 2022.

SILVA, C. R. L.; LUIZ, S. **Economia e mercados: introdução à economia**. São Paulo: Saraiva, 2017.

VASCONCELLOS, M. A. S. **Economia: micro e macro**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

VELOSO, F. O cenário econômico pós-pandemia. **Blog do IBRE**, 01 jun. 2020. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/o-cenario-economico-pos-pandemia>. Acesso em: 12 out. 2022.

ZYLBERSTAJN, H. **Liberdade sindical e negociação coletiva: uma proposta para o Brasil**. São Paulo: Mizuno, 2021.